

CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624

CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.243.409/0001-60

SITE: camaraigarapava.sp.gov.br

PARECER JURÍDICO Nº 072/2022/ JURÍDICO/ CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA-SP

Projeto de Lei nº 070, de 20 de outubro de 2022

Assunto: AUTORIZA A CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE IGARAPAVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autor: Prefeito Municipal de Igarapava-SP

EMENTA: PROJETO DE LEI QUE BUSCA AUTORIZAÇÃO PARA A CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE IGARAPAVA-SP. EXIGÊNCIA DO ART. 102 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE IGARAPAVA-SP.

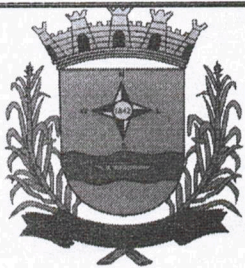
I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que busca autorização para que o Poder Executivo realize a concessão de serviços públicos de iluminação pública, nos termos do que dispõe as Lei Federais nº 11.079/04, nº 8.987/95 e nº 9.074/95.

Instrui a propositura estudos realizado pela PROSPER CONSULTORIA LTDA composto pelo Modelo Técnico-Operacional, Modelo Econômico-Financeiro e Plano de Negócios, Modelo Jurídico-Institucional e Minutas de Edital e Anexos. (216 folhas)
(ausente assinatura do responsável)

É o breve relatório, passo a opinar.

Raissa Vieira de Garcia



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624

CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.243.409/0001-60

SITE: camaraigarapava.sp.gov.br

II – ANÁLISE JURÍDICA

De início, imperioso destacar que o exame do Setor Jurídico se circunscreve tão somente à matéria jurídica envolvida, tendo por base os documentos anexados, não sendo sua competência examinar o mérito do tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade das autoridades competentes.

II.1) Competência e iniciativa

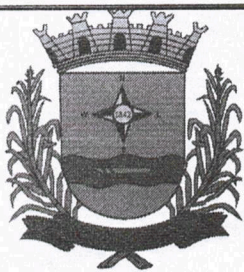
O projeto é de autoria do Prefeito Municipal de Igarapava-SP, senhor José Ricardo Rodrigues Mattar. Consoante determina o artigo 39, da Lei Orgânica do Município de Igarapava-SP, bem como artigo 140, §1º, inciso III, do Regulamento Interno da Câmara Municipal de Igarapava-SP, o Prefeito Municipal possui iniciativa para propositura de Projetos de Lei.

A Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 30, inciso I, dispõe que compete ao Município “legislar sobre assuntos de interesse local”. A autorização para a concessão do serviço público de iluminação pública do município denota um interesse local. Ainda, no mesmo artigo da Carta Magna, cita-se o inciso V que reza competir ao Município “organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.”

A Lei Orgânica do Município de Igarapava-SP, em seu artigo 61, inciso VIII, dita ser de competência do Prefeito Municipal “permitir ou autorizar a execução de serviços públicos, por terceiros.”

Isto posto, sob o ponto de vista jurídico, a competência e iniciativa para a propositura do Projeto de Lei estão corretas.

Raissa Vieira de Oliveira



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624

CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.243.409/0001-60

SITE: camaraigarapava.sp.gov.br

II.2) Matéria do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 70/2022 busca autorização para que o Poder Executivo conceda o serviço de iluminação pública, nos termos do que dispõe as Leis Federais nº 11.079/04, nº 8.987/95 e nº 9.074/95.

A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe:

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado.

A Lei Orgânica do Município de Igarapava-SP enuncia que:

Art. 102. A permissão de serviço público a título precário será outorgada por decreto do Prefeito Municipal, após edital de chamamento de interessados para escolha do melhor pretendente; sendo que a concessão só será feita com autorização legislativa mediante contrato e precedido de concorrência pública.

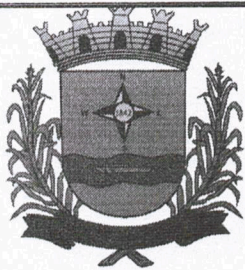
§ 1º Serão nulas de pleno direito as permissões, as concessões, bem como quaisquer outros ajustes feitos em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2º Os serviços permitidos ou concedidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, incumbindo aos executores sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários.

§ 3º O Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários.

§ 4º As licitações para a concessão de serviço público deverão ser precedidas de ampla publicidade, em jornais e rádios locais, inclusive

Raissa Vieira de Oliveira



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624

CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.243.409/0001-60

SITE: camaraigarapava.sp.gov.br

em órgãos da imprensa da capital do Estado, mediante edital ou comunicado resumido.

Desse modo, verifica-se que a lei exige a autorização legislativa para fins de concessão de serviço público. Por isso, foi proposto o Projeto de Lei nº 070/2022. Assim, cabe aos nobres vereadores apreciarem o interesse público envolvido na matéria e deliberarem quanto à autorização pleiteada.

A doutrina jurídica esclarece o instituto jurídico da CONCESSÃO da seguinte forma:

“Concessão de serviço público é o contrato administrativo pelo qual a Administração Pública transfere à pessoa jurídica ou a consórcio de empresas a execução de certa atividade de interesse coletivo, remunerada através do sistema de tarifas pagas pelos usuários. Nessa relação jurídica, a Administração Pública é denominada de *concedente* e o executor do serviço, de *concessionário*.”¹

Quanto à CONCESSÃO disciplinada na Lei 11.079/2004, temos que:

“É uma nova forma de participação do setor privado na implantação, melhoria e gestão da infraestrutura pública, principalmente nos setores de rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, energia etc., como alternativa à falta de recursos estatais para investimentos nessas áreas.

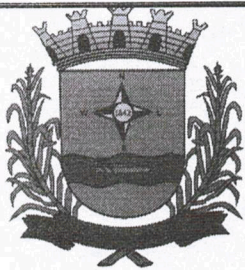
A Lei 11.079, de 30.12.2004, define a *parceria público-privada* como contrato administrativo de concessão, mas uma concessão especial, diversa da que estudamos anteriormente, porque o particular presta o serviço em seu nome, mas não assume todo o risco do empreendimento, uma vez que o Poder Público contribui financeiramente para sua realização e manutenção.”²

A norma de regência da concessão especial acima descrita enuncia em seu artigo 2º, §4º, algumas vedações, quais sejam:

¹ CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 36 ed. Barueri: Atlas, 2022, p. 294.

² MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 42 ed. atual. até Emenda Constitucional 90, de 15.9.2015. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 502.

Raissa Vieira de Faria



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624

CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.243.409/0001-60

SITE: camaraigarapava.sp.gov.br

§ 4º É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

I - cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); (Redação dada pela Lei nº 13.529, de 2017)

II – cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos; ou

III – que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

Logo, não é possível que haja a celebração de contrato de parceria público-privada que envolva um contrato com valor inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); caso o período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos; ou que consista exclusivamente no fornecimento de mão-de-obra, instalação de equipamentos ou a execução de obra pública. Cabendo ao Poder Executivo a observância aos ditames legais, em caso de escolha de concessão administrativa regida pela Lei nº 11.079/2022.

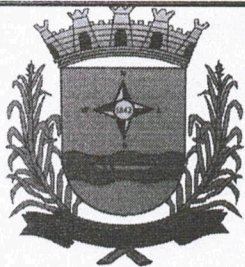
Para o pagamento e garantia da contraprestação do contrato de concessão, o Poder Executivo busca autorização para abrir, manter, movimentar e administrar a conta vinculada que receberá os valores arrecadados a título de Contribuição para o Custeio de Serviços para Iluminação Pública de Igarapava-SP, ficando esses recursos tributários arrecadados vinculados exclusivamente ao serviço público de iluminação pública. (art. 2º do Projeto de Lei).

A Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública-CIP é disciplinada pela Lei Municipal nº 120, de 30 de dezembro de 2002. Ela tem berço constitucional, vejamos:

Art. 149-A Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir **contribuição**, na forma das respectivas leis, para o **custeio do serviço de iluminação pública**, observado o disposto no art. 150, I e III. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 39, de 2002)

Parágrafo único. É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o caput, na fatura de consumo de energia elétrica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 39, de 2002) (grifei)

Raissa Vieira de Garcia



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624

CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.243.409/0001-60

SITE: camaraigarapava.sp.gov.br

A contribuição para iluminação pública foi criada para o custeio do serviço de iluminação pública e por isso deve ser a esse serviço vinculada. O art. 8º, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal regulamenta:

Art. 8º. (...)

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Assim, se, por exemplo, a receita obtida com a contribuição para iluminação pública no Município de Igarapava-SP superar a despesa para a prestação do serviço de iluminação pública, o saldo positivo deverá ser aplicado exclusivamente para o serviço de iluminação pública nos exercícios seguintes, vedando-se utilização diversa.

II.3) Da técnica legislativa

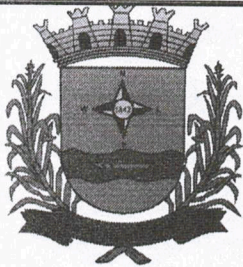
No Projeto de Lei nº 070/2022, não há nada que impeça sua leitura e compreensão, estando de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 95/1998, em observância ao parágrafo único do artigo 59 da Constituição da República Federativa do Brasil.

III – CONCLUSÃO

À vista do exposto, não há óbice jurídico ao Projeto de Lei nº 070/2022. Desse modo, a advogada da Câmara Municipal de Igarapava-SP opina pela viabilidade técnica e jurídica do Projeto de Lei em análise e pela sua regular tramitação, discussão e votação, observando-se o Regulamento Interno da Câmara Municipal de Igarapava-SP.

Recomenda-se que a Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas seja instada a emitir parecer sobre a matéria, visto que a matéria versada no Projeto é de

Raissa Vieira de Garcia



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624

CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.243.409/0001-60

SITE: camaraigarapava.sp.gov.br

sua competência, conforme art. 40 do Regulamento Interno da Câmara Municipal de Igarapava-SP.

A opinião do Setor Jurídico não substitui os pareceres das Comissões Permanentes, visto que estas são compostas por representantes do povo.

Ademais, quanto ao mérito, não cabe a esta advogada opinar, pois compete aos ilustres vereadores, no exercício de sua função legislativa, averiguar a viabilidade da aprovação, respeitando-se, para tanto, as formalidades legais e regimentais.

É o parecer, de **caráter opinativo**, salvo melhor juízo.

Igarapava-SP, 24 de outubro de 2022

Raíssa Vieira de Gouveia

Raíssa Vieira de Gouveia
Advogada da Câmara Municipal de Igarapava-SP
OAB/SP 474.477-Suplementar